

ESPECIFICAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA A REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL E PRODUTIVA DE PRODUTORES RURAIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE ATUAÇÃO INTEGRADA PARA TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS NO MUNICÍPIO DE PORTEL/PA

Responsável técnico:

Secretaria Adjunta de Gestão de Recursos Hídricos e Clima (SAGRH)/
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS)

Responsável no Funbio:

Fundo da Amazônia Oriental (FAO)
Unidade de Doações II
20 de agosto de 2024

1. OBJETIVO

Contratação de empresa para execução serviço especializado de assistência técnica e extensão rural (ATER) para até 150 produtores rurais atendidos pelo Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis no município de Portel/PA.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

O Estado do Pará definiu estratégias próprias de implementação de políticas estaduais de combate ao desmatamento, incentivo à restauração e a produção sustentável e conservação ambiental ao lançar o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), como o principal instrumento de políticas públicas para o desenvolvimento econômico sustentável e o combate ao desmatamento e está diretamente ligado à Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC). O PEAA está alinhado aos compromissos internacionais, dentre eles com a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do país.

Lançado em agosto de 2020, o PEAA tem como meta a redução de pelo menos 37% nas emissões de GEE por conversão florestal e uso da terra até 2030, e a redução de 43% até 2035. Para atingir essa meta o PEAA visa principalmente aumentar a eficiência do uso da terra, por meio do comando e controle; promoção da regularização das propriedades rurais; enfrentamento do desmatamento e das queimadas; e estruturação do financiamento ambiental para a promoção de atividades sustentáveis e de redução das emissões de gases de efeito estufa. Além de possuir três eixos transversais, que são: comunicação, transparência de dados e gestão participativa; infraestrutura e logística para o desenvolvimento sustentável; e tecnologia da informação, inovação e pesquisa científica.

Para o eixo de financiamento ambiental uma estratégia pautada na parceria público e privada foi idealizada, que prevê o fortalecimento das políticas públicas e das iniciativas sociais, por meio de um fundo privado com governança pública, denominado Fundo Amazônia Oriental (FAO). Em 2021 o Governo do Estado do Pará, por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAS) publicou o Chamamento Público 001/2021, que selecionou o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) como gestor operacional e financeiro do FAO.

O FAO é um fundo multicarteira, baseado em 15 eixos de financiamento, que possui dois objetivos, que são: redução do desmatamento ilegal e de emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) no território paraense; e/ou cumprimento de metas previstas nas políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do estado do Pará.

Uma das finalidades do PEAA é elevar o Pará ao estágio de Estado com Emissão Líquida Zero (ELZ) ou Carbono Neutro, no setor “Mudança de Uso da Terra e Florestas” a partir do ano de 2036. Dentre os componentes Estaduais do PEAA está o Desenvolvimento Socioeconômico de Baixas Emissões de Gases de Efeito Estufa, que tem como instrumento de execução o Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis (PTS).

O Decreto Estadual nº 344/2019 (Revogado pelo Decreto Estadual N° 2744/2022), institui e cria o grupo de trabalho – GT para a construção e operacionalização do PTS, que tem como objetivo oferecer alternativas para a transição econômica de formas de produção das áreas pressionadas pelo desmatamento no estado do Pará, a partir de contrapartidas ofertadas pelo Estado e seus parceiros, na promoção de atividades que visem o auxílio aos produtores(as), proprietários(as) ou possuidores(as) rurais à regularização ambiental e fundiária, garantia de acesso a mercados, às linhas de crédito e seguro rural, assistência técnica continuada, dentre outros serviços voltados ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

Nesse sentido, inferimos que atualmente o PTS vem atuando em diversas regiões de integração, com efetiva execução nos territórios denominados: TS – PA 279, TS – BR 158, TS – Baixo Araguaia, TS – Carajás, TS – Tocantins, TS – Lago Tucuruí, TS – Transamazônica. E plano de implementação dos territórios do Baixo Amazonas e Tapajós, que totalizam 53 Municípios, definidos com base nos critérios de existência de estruturas para aperfeiçoamento da governança territorial, regionalização de políticas públicas estaduais, dinâmica do uso do solo, vocação produtiva, fatores econômicos, infraestrutura, logística de acesso e passivo de restauração florestal, além de observar os limites de áreas cadastráveis no Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SICAR/PA.

É importante destacar que a expansão do programa TS para região do Marajó, conta com o apoio do Fundo Amazônia Oriental – FAO, por meio do *“Projeto Conservação e Produção Sustentável em Novas Áreas Protegidas no Pará: O caso dos Territórios Quilombolas”*, projeto que tem como objetivo específico a implementação de planos territoriais e da prestação de assistência técnica e mecanismos de financiamento para apoiar atividades econômicas sustentáveis e inclusivas.

Diante do exposto, com o intuito de alcançar as metas do PEAA, identificou-se a necessidade de apoio no setor de Assistência Técnica e Extensão Rural, em face ao quadro operacional insuficiente de técnicos públicos que prestam esse serviço gratuito aos produtores da agricultura familiar, fundamentando a contratação de técnicos privados, para atenderem à até 150 produtores rurais que serão selecionados para adesão ao PTS no município de Portel/PA.

O serviço de assistência técnica tem como principal objetivo, auxiliar os produtores no processo de regularização ambiental e produtiva, a fim de promover o desenvolvimento socioeconômico, produção de serviços ecossistêmicos e conservação ambiental da região.

3. DESCRIÇÃO

Contratação de serviço de ATER para até 150 produtores rurais atendidos pelo PTS no município de Portel. Objetiva-se auxiliar e acompanhar esses produtores no processo de regularização ambiental, fundiária e produtiva, a fim de promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da região.

3. ATIVIDADES

Nesse item serão descritas todas as atividades consideradas essenciais para a elaboração dos produtos. Todas as atividades serão acompanhadas pelos pontos focais da SEMAS, devendo qualquer alteração ser previamente acordada.

Nesse sentido, para que haja um alinhamento sobre expectativas, prazos, formas de atuação e avaliação de insumos, deverá ser realizada em até 10 dias após a assinatura do contrato uma reunião entre contratada, a contratante e a SEMAS com o objetivo de marcar a data de início das atividades, visando a entrega dos produtos previstos contratualmente.

Esta reunião poderá ocorrer nas dependências da SEMAS em Belém ou de maneira virtual e será registrada em ata. Definida a data em que deverão começar a contar os prazos contratuais, FUNBIO emitirá o “Termo de Autorização para Início de Serviço”.

Nesta ocasião, poderão ser solicitados dados e informações à SEMAS, que compartilhará o material existente para a realização das atividades.

Todos os Produtos deverão ser aprovados pela equipe indicada pela SEMAS.

A seguir são listadas as atividades previstas, com sua descrição e prazo para realização a contar do prazo de assinatura do contrato.

Atividades	Descrição	Dias corridos a contar da assinatura
Atividade 1	Reunião de Apresentação do PTS e alinhamento entre empresa, SEMAS e FUNBIO	7
Atividade 2	Reunião de análise do Plano de Trabalho (prévio)	14
Atividade 3	Plano de Trabalho (consolidado)	21
Atividade 4	Mobilização e engajamento dos produtores rurais	42
Atividade 5	Aprovação da Atividade 4 pela SEMAS	49
Atividade 6	Inscrição do(a) produtor(a) no PTS e autorização para responsabilidade técnica	69
Atividade 7	Aprovação da Atividade 6 pela SEMAS	76
Atividade 8	Elaboração e/ou Retificação dos Cadastros Ambientais Rurais	106
Atividade 9	Aprovação da Atividade 8 pela SEMAS	113

Atividade 10	Visita Técnica para assinatura do Termo de Adesão ao TS: Aplicação do Diagnóstico Situacional/Elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS) integrado à elaboração de Projetos de acesso às linhas de crédito rural e Elaboração de até 150 PRADA's, conforme necessidade do imóvel e do produtor rural	173
Atividade 11	Aprovação da Atividade 10 pela SEMAS	200

4. PRODUTOS

Como objeto da contratação são esperados os produtos listados abaixo, respeitando a descrição deles.

Produtos	Descrição
Produto 1	<u>Plano de Trabalho:</u> deverá conter as atividades a serem realizadas pela empresa de acordo com as atividades descritas no Item 3, como a metodologia a ser utilizada, estratégias operacionais, descrição da logística de campo e cronograma de atividades, equipe envolvida e insumos necessários se aplicável para execução do serviço de ATER para o TS – Marajó em Portel. A empresa deverá, com base nas atividades descritas neste documento, estimar e definir a quantidade de dias de trabalho de campo e a estrutura necessária para execução das atividades, como quantidade de profissionais na equipe e demais insumos. A estrutura do documento a ser apresentado deve conter, no mínimo, Introdução/Apresentação, Justificativa, Objetivos Geral e Específicos, descrição das Metodologias propostas e que serão aplicadas, Resultados Esperados, cronograma de execução. Ressaltamos que deverá conter em anexo ao Plano de Trabalho as atas e registros fotográficos referentes às reuniões que antecederam a consolidação do mesmo.
Produto 2	<u>Relatório de campo sobre a mobilização e engajamento de produtores elegíveis ao TS – Marajó em Portel com registro fotográfico:</u> realizar a mobilização que deve ser feita a partir de visita de campo com reunião e/ou oficina (quantidade de idas a campo e reuniões estimada pela empresa de acordo com o que versa este documento) e engajamento de produtores elegíveis ao PTS, conforme orientações e lista de possíveis beneficiários a ser disponibilizada pela SEMAS para o TS – Marajó. Durante a ação de engajamento no município de Portel, a ATER deverá explicar todo o funcionamento do Programa, deixando claro os deveres e os benefícios da possível adesão.
Produto 3	<u>Relatório com a relação de até 150 inscrições devidamente comprovadas via plataforma AGROTAG ou Plataforma TS ou outra indicada de uso da SEMAS:</u> deverão ser realizadas as inscrições dos produtores(as) rurais que demonstrarem interesse em participar do TS – Marajó em Portel. As inscrições deverão ser efetivadas por meio da plataforma indicada pela SEMAS, assim como, o encaminhamento dos respectivos documentos previstos no anexo I do edital de chamada pública (documento disponibilizado pela SEMAS) vigente e/ou solicitados pela SEMAS (Declaração de Responsabilidade Técnica – modelo SEMAS). Os profissionais da empresa contratada serão treinados pela SEMAS para uso da plataforma indicada.
Produto 4	<u>Relatório com até 150 cadastros elaborados/retificados e/ou aprovados via plataforma SICAR-PA/Offline e/ou pré-análise de habilitação (mediante comprovação</u>

	<p><u>oficial do órgão competente</u>): realizar elaboração e retificação do CAR, mediante o levantamento de informações ambientais para o cumprimento das feições estipuladas no CAR, bem como, possíveis pendências identificadas durante sua análise, por meio de notificações elaboradas pela SEMAS/PA.</p>
Produto 5	<p><u>Até 150 Termos de Adesão ao PTS, mais relatório com a relação de até 150 Projetos de Crédito Rural, mais relatório com a relação de até 150 PRADA's submetidos à análise na SEMAS</u>: realizar visita técnica para assinatura do termo de adesão e coletar junto ao produtor(a) informações cadastrais, renda familiar e acesso a políticas públicas, dados referentes à atividade produtiva desenvolvida no imóvel rural, bem como informações sobre o beneficiário, entidade executora e situação da área a ser recuperada, de acordo com os dados preenchidos na plataforma indicada pela SEMAS. A quantidade de visita técnica deverá ser definida pela empresa contratada, considerando os dados fornecidos neste documento.</p> <p>Além disso, validar com o(a) produtor(a) o quantitativo de passivo a ser recuperado em área de APP e/ou ARL, quando houver ou selecionar a área do projeto produtivo, em casos de imóvel com área consolidada somente. E consultar o produtor sobre a possibilidade de ampliar a área do projeto de restauração produtiva por meio do crédito rural.</p> <p>Apoiar todo o processo de adesão do(a) produtor(a) ao PRA, incluindo a elaboração e orientações para execução do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas/Alteradas – PRADA, submeter e encaminhar os PRADA's elaborados ao sistema do PRA ou quando necessário encaminhamento e/ou protocolo de PRADA físico; processos de desembargo do IBAMA; processos cartoriais de registro do Termo de Compromisso Ambiental – TCA em caso de adesão ao PRA.</p> <p>Apoiar todo o processo de adesão ao crédito rural (linha escolhida pelo produtor, preferencialmente a do BANPARÁ-BIO, caso haja interesse do produtor; submeter e encaminhar os projetos de financiamento rural elaborados às Instituições Financeiras</p>

É recomendado que os produtos sejam entregues em formato digital (por e-mail e quando necessário por meio wetransfer, drive ou outra aplicação digital), em português e nos formatos .docx/.pdf e .ppt, de acordo com o material.

Caso sejam realizadas gravações das atividades, essas deverão ser encaminhadas por transferência remota ou salva em local de armazenamento para envio por correio (de acordo com a solicitação).

Todas as entregas serão avaliadas pela equipe técnica da SEMAS com o apoio do FUNBIO em **até cinco dias úteis** após o envio.

Os responsáveis técnicos poderão solicitar ajustes e retificações nos produtos sempre que julgar necessário. A contratada deverá encaminhar uma cópia de todos os produtos para o FUNBIO, em meio digital (por e-mail, para contratos@funbio.org.br e FAO@funbio.org.br), devidamente aprovados pela equipe da SEMAS. O pagamento será feito em **até dez dias úteis**, contados a partir do recebimento, no FUNBIO, do documento de cobrança (nota fiscal/fatura) e do Termo de Recebimento e Aceite – TRA (documento emitido pelo beneficiário, responsável pelo recebimento e aceite, atestando que os serviços foram prestados em conformidade com as especificações solicitadas, quantidades e etapas, se for o caso).

Quaisquer modificações no escopo ou prazo de entrega deverão ser previamente aprovadas pela SEMAS e Gerência do FAO, e passar pela anuência do FUNBIO enquanto contratante.

O contrato será celebrado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), com recursos do Fundo da Amazônia Oriental (FAO).

5. ETAPAS DE PAGAMENTO

Encontram-se dispostas a seguir as etapas previstas para pagamento.

Entrega	Prazo (dias corridos)	Pagamento
Produto 1. Ata de reunião de aprovação do Plano de Trabalho	7	0%
Produto 2. Relatório de campo sobre a mobilização e engajamento de produtores elegíveis ao TS – Marajó em Portel com registro fotográfico	15	15%
Produto 3. Relatório com até relação de 150 inscrições devidamente comprovadas via plataforma AGROTAG <u>ou Plataforma TS ou outra indicada de uso da SEMAS</u>	20	25%
Produto 4. Relatório com até 150 cadastros elaborados/retificados e/ou aprovados via plataforma SICAR-PA/Offline e/ou Pré-análise de habilitação (mediante comprovação oficial do órgão competente)	45	10%
Produto 5. Relatório de campo com a relação de até 150 adesões ao Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis (TS – Marajó) em Portel com registro fotográfico e apresentação de até 150 PRADAS (via protocolo), para Adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) e apresentação de Lista de beneficiados com projetos de crédito rural elaborados	60	50%
TOTAL	200	100%

* Informamos que o total de dias descrito acima, faz referência ao prazo de execução do contrato.

Cabe ressaltar que o pagamento será feito após o de acordo do contratante, mediante o atendimento aos ajustes solicitados, sendo destinado o **prazo de cinco dias** para análise de cada produto.

6. RECURSOS DISPONÍVEIS

O trabalho a ser realizado no âmbito desta contratação deverá utilizar exclusivamente meios, equipamentos, materiais e instalações de responsabilidade da contratada, que deverão estar contemplados na proposta.

Será de responsabilidade da contratada toda a logística necessária (espaço físico, infraestrutura), bem como a logística de deslocamento e diárias (alimentação, hospedagem e transporte) da sua equipe de trabalho.

A SEMAS e a Gerência do FAO proverão dados e documentos mínimos necessários para o entendimento sobre o projeto, bem como atuará em coordenação com a contratada na tomada de decisões estratégicas.

A SEMAS promoverá prévia capacitação da equipe contratada nas plataformas do PTS para realização de atividade de campo com os produtores rurais.

Os investimentos em locomoção, hospedagem e alimentação para os servidores da SEMAS, que, porventura acompanhem as atividades em campo, se forem necessárias, não serão de responsabilidade da contratada.

7. PERFIL PROFISSIONAL

Contratação de serviço especializado pessoa jurídica de assistência técnica e extensão rural **com mais de 3 anos de experiência** e portfólio comprovando o desenvolvimento de serviços similares aos solicitados nesta especificação.

Desejável experiência com trabalhos para organizações sem fins lucrativos voltadas aos temas sustentabilidade, serviços ambientais, mudanças climáticas e/ou conservação da biodiversidade, característica que será considerada um diferencial.

7.1 Equipe Técnica

Os profissionais aptos a compor a equipe técnica de no **mínimo 4 profissionais multidisciplinares**, selecionados de acordo com os perfis descritos na tabela abaixo. É sugerida seis formações para um mínimo de quatro profissionais, não há prioridade ou hierarquização entre eles, contando que possuam experiência nos temas citados neste documento.

Os profissionais devem possuir formação nas áreas de engenharia e agronomia, segundo o que estabelece a Resolução CONFEA nº 473/2002, Resolução CONFEA nº 218/1973, Resolução CONFEA nº 256/1978, Resolução CONFEA nº 447/2000, Resolução CONFEA nº 1.095/2017; e equivalentes a cada área de formação.

Recomenda-se que a equipe mínima seja composta por **um coordenador e três profissionais** experientes nos assuntos objetos deste documento que dividirão os 150 cadastros previsto nesta contratação. Entretanto, a definição de quantas pessoas irão a campo fica a critério da empresa contratada.

Caso haja necessidade de mudança de profissional por motivo de força maior durante a execução do serviço que seja substituído por profissional equivalente de acordo com os critérios estabelecidos neste documento, além de comunicar o FUNBIO e a SEMAS.

É necessária experiência nos temas de geoprocessamento, cartografia, legislação fundiária e ambiental, desenvolvimento territorial ou rural, desenvolvimento sustentável, sustentabilidade,

serviços ambientais, mudanças climáticas e/ou conservação da biodiversidade. Além disso, experiência com elaboração/retificação de Cadastro Ambiental Rural - CAR e Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas - PRADA, bem como, sistemas e ferramentas como SIG (ARCGIS e QGIS), SIGEF, SICARF, SICAR/PA e módulos de cadastro de CAR, módulo de cadastro do PRA. E ainda experiência com elaboração de Projetos de Crédito Rural.

Os candidatos devem estar regularmente registrados no respectivo Conselho de Classe, e devem apresentar Certidão de Registro e Quitação Pessoa Física emitida pelo respectivo Conselho, possuir cadastro nos sistemas das principais Instituições Financeiras (Banco do Estado Pará, Banco da Amazônia, Banco do Brasil).

A formação profissional e respectivos requisitos mínimos são descritos no quadro a seguir.

Formação	Requisitos mínimos
Agronomia ou Engenharia Agrônômica	Graduação de ensino superior em Agronomia ou Engenharia Agrônômica, em instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação. Habilitação Profissional: registro no órgão de Classe. Experiência profissional de 3 anos.
Engenharia Agrícola	Graduação de ensino superior em Engenharia Agrícola, em instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação. Habilitação Profissional: registro no órgão de Classe. Experiência profissional de 3 anos.
Engenharia Ambiental	Graduação de ensino superior em Engenharia Ambiental ou Engenharia Ambiental e afins, em instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação. Habilitação Profissional: registro no órgão de Classe. Experiência profissional de 3 anos.
Engenharia Florestal	Graduação de ensino superior em Engenharia Florestal, em instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação. Habilitação Profissional: registro no órgão de Classe. Experiência profissional de 3 anos.
Engenharia de Agrimensura	Graduação de ensino superior em Engenharia de Agrimensura ou Engenharia de Agrimensura e Cartografia ou Engenharia de Agrimensura e afins, em instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação. Habilitação Profissional: registro no órgão de Classe. Experiência profissional de 3 anos.
Engenharia Cartográfica	Graduação de ensino superior em Engenharia Cartográfica ou Engenharia de Agrimensura e Cartográfica, e Engenharia Cartográfica e afins,

em instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação. Habilitação Profissional: registro no órgão de Classe. Experiência profissional de 3 anos.

8. PRAZO

O prazo de realização desse trabalho é de 200 dias corridos, a ser iniciado a partir da data de contratação.

9. SUPERVISÃO

A orientação e supervisão direta da execução dos serviços anteriormente descritos ficarão a cargo da Gerência do FAO, com o apoio de sua equipe.